



VIOLÊNCIA DE GÊNERO E DISCURSO POLÍTICO: EFEITOS DE RESISTÊNCIA DOS CORPOS DISSIDENTES

Mônica Ferreira Cassana¹

Thaís Valim Ramos²

Introdução

Os casos de violência política contra mulheres no Brasil são recorrentes e atravessam os espectros político-partidários: não importa se ocupam cargos em governos progressistas ou conservadores, em esferas locais ou de projeção nacional – essas mulheres seguem expostas a práticas de silenciamento, deslegitimação e hostilidade simbólica. Um exemplo recente dessa dinâmica ocorreu em maio de 2025, quando a Ministra do Meio Ambiente e Mudança do Clima, Marina Silva, foi alvo de violência política de gênero durante uma sessão da Comissão de Infraestrutura do Senado Federal. Na ocasião, teve sua fala desrespeitada e sua autoridade questionada por senadores homens, em uma tentativa de deslegitimação que se repete no espaço político brasileiro. Esse episódio se soma a outras agressões verbais anteriores, como a proferida por um senador em março do mesmo ano, ao afirmar: “Imagine o que é tolerar a Marina 6 horas e 10 minutos sem enforcá-la?”.

Na sessão de maio, a ministra foi convidada a prestar esclarecimentos sobre a criação de uma unidade de conservação marinha na Margem Equatorial, área de interesse da Petrobras para exploração de petróleo. O debate, no entanto, desviou-se do conteúdo técnico e passou a expor uma disputa simbólica marcada pela misoginia e pelo ataque à autoridade de uma mulher, cujo corpo racializado é também vinculado à defesa ambiental. Neste trabalho, objetivamos analisar, no âmbito da Análise de Discurso de linha materialista (Pêcheux, [1975] 2009), os efeitos de sentido produzidos tanto pelas falas proferidas pelos senadores quanto pelas ilustrações/charges que circularam após o evento. A proposta é compreender como os discursos sobre violência política de gênero operam, como a memória discursiva é engendrada nesse discurso através da imagem e como se produzem resistências possíveis. Tomamos como questão central compreender de que modo as materialidades verbais e visuais que circularam após o episódio tensionam os sentidos misóginos que atravessam o discurso político, evidenciando efeitos de resistência produzidos pelo corpo feminino em posição de autoridade.

Referencial teórico

Do ponto de vista teórico-metodológico, mobilizamos os conceitos de formação discursiva, memória discursiva, sujeito e interdiscurso, articulando-os à noção de imagem como um “operador de memória social”

¹ Professora no curso de graduação e pós-graduação em Letras, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Professora e pesquisadora na área de Análise do Discurso.



(Davallon, 2010), com foco na forma como diferentes materialidades significantes (fala e imagem) inscrevem sentidos em disputa. Para efeito da análise, nomeamos os enunciadores principais como sujeito-homem e sujeito-mulher, não como categorias identitárias fixas, mas como posições discursivas atravessadas por diferentes formações ideológicas em relação a temas como o meio ambiente, o exercício do poder e a legitimidade política. É importante notar que, embora não aprofundemos aqui os sentidos em disputa em torno das políticas ambientais, reconhecemos que o confronto entre sustentabilidade e exploração econômica é também uma arena de produção de sentidos sobre os corpos que enunciam.

Como propõe Pêcheux ([1975] 2009), o discurso não é expressão de uma interioridade individual, mas efeito da relação entre a língua, a história e a ideologia. O sujeito é constituído na linguagem por deslocamentos, esquecimentos e identificações com formações discursivas que o precedem. Ao dizer algo, o sujeito já está respondendo a um já-dito que delimita o campo dos possíveis sentidos - o interdiscurso.

Nesse sentido, consideramos que a violência política de gênero, tal como se materializa no episódio analisado, é efeito de formações ideológicas patriarcais que sustentam a exclusão da mulher de espaços de poder. Esse funcionamento pode ser observado tanto nas falas dos senadores quanto nas imagens que circulam como contra-discurso, nas quais podemos verificar o tensionamento de diferentes formações discursivas – a da sustentabilidade e a da exploração econômica.

As condições de produção desses enunciados estão ancoradas em um momento de forte tensão política e econômica: de um lado, pressões pelo avanço da exploração petrolífera na Margem Equatorial; de outro, a atuação de um ministério alinhado a pautas ambientais e sociais. A atuação de Marina Silva, mulher negra, nordestina e amazônica, torna-se, assim, o lugar de condensação de disputas discursivas que atravessam tanto os interesses do capital quanto os mecanismos de exclusão simbólica de corpos dissidentes no espaço político.

Gestos de recorte e análise do corpus

A noção de “imagem como operador de memória” (Davallon, 2010), quando articulada à Análise do Discurso, permite-nos observar como a materialidade visual pode reativar sentidos relativos à memória discursiva, tanto de forma a aderir ao já-dito quanto de forma a romper com o estabilizado. As charges analisadas redirecionam os sentidos e provocam a irrupção de pré-construídos sobre o que significa ser mulher e ser ministra no âmbito da formação social brasileira. A partir desse movimento, as imagens ativam sentidos de resistência que rompem com a tentativa de apagamento ideológico promovida nas falas parlamentares.

O corpus selecionado para este trabalho é composto por trechos selecionados das falas parlamentares e por imagens produzidas por cartunistas, veiculadas em plataformas digitais, que tratam do referido episódio ocorrido em maio de 2025. Entre as sequências discursivas selecionadas, destacamos a fala de um parlamentar, que afirma: *“Ministra Marina, que bom reencontrá-la. E ao olhar para a senhora, eu*



estou vendo uma ministra. Não estou falando com uma mulher. Porque a mulher merece respeito, a ministra não. Por isso que eu quero separar.” Essa formulação evidencia um funcionamento ideológico que, ao desautorizar o cargo e preservar a “mulher respeitável”, promove uma cisão simbólica cujo efeito é a exclusão da mulher do espaço político legítimo. Essa dissociação mobiliza um pré-construído patriarcal que naturaliza a desautorização das mulheres em espaços de poder, sustentando uma memória discursiva que historicamente as exclui do campo político.

Uma breve análise desse discurso – ainda que não seja o objetivo principal deste trabalho – deve ser feita: estamos diante do funcionamento de duas formações discursivas que inscrevem diferentes sentidos para ser mulher. No discurso, vemos transparecer uma posição-sujeito que vê a ministra como uma mulher profissional, uma mulher que exerce uma profissão, que está investida em um dos cargos mais importantes da administração pública. Essa posição está, na fala do sujeito, afastada da condição de mulher. Uma vez que o significante “a mulher merece respeito” está na matriz de sentidos de uma formação discursiva que respeita as mulheres, o sujeito passa a contraindidentificar-se a partir de uma posição que rechaça a mulher profissional, ou seja, diminui a mulher – parecendo não ser pela sua condição de gênero – mas por sua posição de classe. É possível compreender esse gesto discursivo como efeito de um posicionamento ideológico que, ao separar o gênero da função pública, coloca em operação o apagamento da mulher como sujeito político. A construção “a ministra não merece respeito” reinscreve um já-dito sustentado por formações patriarcais nas quais a presença da mulher em posições de autoridade constitui uma perturbação no espaço institucional.

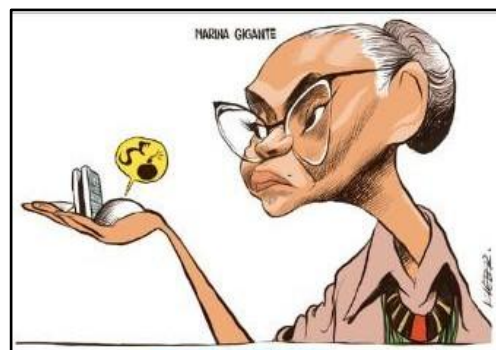
Ao analisarmos as imagens que passaram a circular após o evento, porém, passamos a estar diante de outro tipo de funcionamento desse discurso. O corpo feminino, ao invés de ser desqualificado, irrompe enquanto lugar de enunciação, que, conforme Fontana, trata-se de “um modo de dizer (sua circulação, sua legitimidade, sua organização enunciativa)”, que é “diretamente afetado pelos processos históricos de silenciamento” (Fontana, 2017, p. 65-66), produzindo efeitos de resistência pela materialidade visual. Os recortes analisados mostram a irrupção da materialidade não-verbal como espaço de significação importante para a construção de um discurso que faz o corpo dissidente, da mulher-ministra, resistir. Nessas imagens, o corpo da ministra não é apenas representado; ele é reinscrito como sujeito político, deslocando os sentidos dominantes inscritos no interdiscurso.

A primeira sequência discursiva de que tratamos em nossa análise diz respeito à charge publicada na capa do jornal Correio Braziliense, em 28 de maio de 2025. Cercada de dois blocos de texto, lemos à esquerda, em letras maiores e destacadas: *“Sob ataque político e misógino, Marina enfrenta senadores”*. À esquerda, o segundo bloco de texto afirma: *““O senhor quer que eu seja uma mulher submissa: eu não sou”, reagiu a ministra Marina Silva, ao senador Marcos Rogério (PL-RO), que tentou intimidar a chefe da pasta do Meio Ambiente. Marina se retirou indignada da audiência no Senado, após uma série de acusações e declarações sexistas de parlamentares, como Plínio Valério (PSDB-AM). “Eles pensam que estão agredindo uma pessoa, mas estão agredindo um povo, o futuro de um povo”, desabafou a ambientalista”*.



Neste trecho, podemos recortar alguns elementos que servem como paráfrase no discurso: a negação “eu não sou [uma mulher submissa] faz referência “ministra Marina Silva” e “chefe da pasta do Meio Ambiente” e “ambientalista”. O elemento inesperado ao fio do discurso está ao final do trecho, em que a ministra afirma que “não estão agredindo uma pessoa, mas *um povo*, o futuro de *um povo*”, ou seja, ao enunciar que é uma pessoa que pertence ao “povo”, como uma trabalhadora e/ou como uma brasileira, ou, que representa “um” povo, como o povo brasileiro em sua amplitude (compreendendo aí povos indígenas), o discurso se reverte e se amplia, ou seja, esse lugar de enunciação passa a ser também um lugar de resistência.

Entre os dois textos, encontramos a charge abaixo, de autoria do ilustrador Kleber Sales:



Nesta imagem, percebemos o atravessamento do discurso misógino de que a ministra é alvo. Na charge, a mulher, ilustrada tal qual conhecemos a ministra (o uso de acessórios como o óculos e o colar; o coque no cabelo; o tom da pele e as expressões faciais), tem em suas mãos o prédio do Congresso. No balão amarelo, a representação de uma bomba e de uma cobra de dentes afiados.

A charge mostra o atravessamento das falas da ministra que estão presentes no texto do próprio jornal. “*O senhor quer que eu seja uma mulher submissa: eu não sou*”, afirma a ministra. Pela negação da ministra, atestamos o efeito na obra do ilustrador que expressa tal insubmissão pelo corpo, um corpo muito maior que uma instituição, por sua vez, eivada de elementos perigosos, explosivos e traiçoeiros.

Os senadores, metonimicamente representados pelo prédio do Congresso Nacional, aparecem na imagem como menores, pequenos, como algo que a ministra tem nas mãos. A representação do corpo dissidente, alvo dos ataques misóginos, como maior, como superior, eleva a imagem da ministra e produz um efeito de grandeza, de superioridade. O confronto entre uma formação discursiva da sustentabilidade e da exploração econômica se anuncia através da proporcionalidade da imagem, transparecendo que o discurso do/ sobre o corpo precede o debate político .

A segunda charge selecionada ilustra um ângulo diferente. Desta vez, não vemos a referência à ministra, e nos deparamos com as imagens de dois homens, vestidos tal qual parlamentares. A charge foi publicada em 27 de maio de 2025, no perfil do jornal Brasil de Fato (@brasildefato), e é de autoria de P. Batista.



Essa charge trabalha com o mecanismo da ironia, desmontando os argumentos naturalizados da culpabilização da vítima. O tom de constatação do primeiro balão “Marina Silva foi ofendida no Senado” anuncia algo da ordem do já-sabido, pois não há estranhamento no que diz respeito aos episódios de violência política de gênero. A recuperação de um discurso misógeno recorrente “encerra” o diálogo, introduzindo uma justificativa que circula no âmbito do senso-comum, em que a culpa pelos erros da mulher é dela mesma. A paráfrase possível é a de que a ministra mereceu a violência, pois ousou estar em um lugar que não deve ser ocupado por uma mulher. Pela imagem, a memória do dizer que transparece a fala do senador, sujeito-homem: *“Porque a mulher merece respeito, a ministra não”*.

O contra-discurso aqui opera justamente ao evidenciar o absurdo da fala do segundo personagem, que tenta justificar a ofensa com base na roupa da ministra. A resposta final, “de ministra” quebra o efeito de evidência e produz um deslocamento de sentido: ela mostra que o que incomoda não é a roupa, mas o fato de a mulher estar ali como ministra, ou seja, em posição de enunciação política, ocupando um lugar que lhe é historicamente negado. Trata-se aqui, de uma crítica ao funcionamento ideológico que desloca a responsabilidade da violência para a vítima, muito comum em discursos misóginos, inclusive em contextos institucionais.

A materialidade visual é minimalista, mas eficaz: os dois homens engravatados reforçam a homogeneidade do espaço de poder masculino e branco. Seus rostos, no entanto, não estão retratados de frente, mas lateralmente e de costas, mostrando a pequenez desse lugar. A fala curta e direta tensiona a memória discursiva que sustenta a exclusão das mulheres e expõe o modo como o discurso reatualiza a violência sob formas justificadas. A charge opera, assim, como leitura crítica dos discursos naturalizados no interdiscurso social, mobilizando o riso e o estranhamento como modo de resistência.



Uma possível conclusão

O tensionamento entre um discurso que vê uma mulher na posição de ministra a partir de uma formação discursiva misógina e um discurso do corpo dissidente, que afirma o seu lugar enunciativo, é a base para pensarmos a imagem como um discurso de resistência. A arte mostra um lugar de enunciação possível para a mulher, que se marca pelo corpo, como sujeito do discurso.

O episódio também evidencia como interesses econômicos vinculados à exploração petrolífera atravessam os sentidos produzidos sobre o corpo da ministra, intensificando a violência política de gênero. Assim, o capital opera como elemento que reforça a tentativa de silenciamento, enquanto as materialidades visuais analisadas intervêm nesse processo, reescrevendo sentidos de resistência.

Neste trabalho, intentamos iniciar uma reflexão que pretendemos continuar debatendo, analisando como o discurso político está sustentado por um discurso de violência contra mulher, antes de mais nada. O episódio analisado permite compreender como o corpo feminino racializado torna-se lugar privilegiado de inscrição das disputas entre capital, memória discursiva e formas de resistência, evidenciando que a violência política de gênero opera como mecanismos de manutenção de hierarquias sociais e simbólicas.

REFERÊNCIAS

- DAVALLON, Jean. A imagem, uma arte de memória? In: ACHARD, Pierre *et al.* **Papel da memória**. Trad. José Horta Nunes. 3. ed. Campinas: Pontes, 2010. p. 23-37
- FONTANA, Mônica Graciela Zoppi. Lugar de fala: enunciação, subjetivação e resistência. **Conexão Letras**, Porto Alegre, v.12, n. 18, 2017.
- ORLANDI, Eni. Pulcinelli. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 7. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.
- PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. Campinas: Editora da Unicamp, [1975] 2009.